

A criminalização da miséria

Loïc WACQUANT. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001. 174 páginas.

Isabella Jinkins ¹

Resenhas

A principal tese de Loïc Wacquant em seu livro “As prisões da miséria”, recentemente traduzido para o português, é a emergência de um Estado penal concomitante ao desmonte das políticas sociais do *Welfare State*. Baseado em rica documentação empírica, com densidade analítica, o autor sustenta sua tese ao refletir sobre a adoção, praticamente universal, dos princípios de “tolerância zero” criados pelos EUA para intensificar seus mecanismos de repressão à população marginalizada. Wacquant revela que a adoção desses princípios cresce independentemente dos índices de criminalidade e que, de fato, não repercute diretamente neles. Analisa a estrutura repressora do Estado, dirigida prioritariamente às comunidades consideradas mais “propensas” ao crime, ou seja, as populações que têm uma inserção precarizada no mercado de trabalho e se encontram fora da cada vez mais reduzida rede de proteção estatal. Com o olhar voltado para esses segmentos sociais precarizados, o autor mostra como a rede de seguridade social montada no pós-Segunda Guerra, durante a vigência do Estado fordista-keynesiano, dá lugar não só ao fortalecimento do aparelho prisional estatal, mas também ao que ele chama de *social panoptismo*, que é a vigilância sobre as eufemisticamente denominadas “populações sensíveis”.

O regime de acumulação de capital fordista, ao possibilitar um enorme crescimento da produtividade do trabalho e desenvolver a produção em massa, exigia um aumento concomitante

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

na capacidade de consumo da sociedade para evitar crises de superprodução. Eram necessários, de acordo com a análise de John Keynes, instrumentos de política econômica e social do Estado que permitissem uma relativa elevação da massa salarial global, níveis plenos de emprego e a ampliação de benefícios e direitos sociais, possibilitando ao conjunto da população trabalhadora o consumo dos produtos massificados. É desse modo que o fordismo liga-se intrinsecamente ao Estado keynesiano do pós-guerra, iniciando um período de expansão econômica conhecido como "idade de ouro" do capitalismo e assinalando o apogeu do Estado de bem-estar social nos países mais industrializados.

A partir da década de 1970, quando grande parte do mundo foi atingida por forte recessão e o fordismo-keynesianismo mostrou-se incapaz de conter por mais tempo as contradições do capitalismo, emergem novos padrões de acumulação de capital, mudando rapidamente os ambientes produtivos e o conjunto da vida social e política. Na era da *acumulação flexível*, observa-se uma enorme expansão da esfera financeira, em ritmo muito superior ao do investimento produtivo. As indústrias estão voltadas aos produtos de alto valor agregado dedicados a nichos de mercado específicos, buscando a versatilidade e a flexibilidade para responder a novos padrões de consumo e à intensificação da concorrência capitalista. Enquanto se agravam os níveis de desemprego estrutural, novas modalidades produtivas vão sendo introduzidas nos locais de trabalho, intensificando as formas de exploração do trabalho, generalizando a insegurança no emprego e disseminando formas precárias de contratação. Com efeito, muitas das estratégias adotadas pelas empresas em busca de uma maior lucratividade passam pelo aumento da precarização das relações de trabalho, com práticas de terceirização e subcontratação do trabalhador. Sob predomínio do neoliberalismo, os movimentos mundiais do capital implicam um crescente distanciamento do Estado em relação a políticas sociais e convertem amplos segmentos sociais em deserdados das bases sociais fundamentais à sobrevivência.

É justamente buscando reprimir essa gigantesca massa de miseráveis criada pela reestruturação contemporânea do capital que o Estado fortalece ainda mais seu aparelho de coerção. Com

o objetivo final de manutenção da ordem social é que a relação entre aparelho coercitivo estatal e pobreza se estabelece nos dias de hoje. Assim, o Estado neoliberal é o suporte político deste novo modo de acumulação, cuja base material é a transformação no mundo do trabalho. Assim, a produção flexível pressupõe um Estado fraco socialmente, que não imponha amarras econômicas às grandes corporações transnacionais e aos capitais especulativos, mas que esteja apto a reprimir a população mantida em condições de vida miseráveis. É dessa maneira que o capitalismo atual conjuga medidas de desregulamentação da vida social a uma política de ataque aos direitos democráticos, criminalizando cada vez mais a pobreza.

Um dos elementos centrais da obra de Löic Wacquant é justamente a crítica desses movimentos de mundialização capitalista dominados pelos princípios neoliberais e, em especial, das políticas estatais relacionadas à pobreza. Anteriormente, a população atingida pela pobreza encontrava uma série de aparatos sociais que lhe possibilitava manter-se em condições minimamente dignas de sobrevivência. Atualmente, tal população, absolutamente excluída dos mecanismos sociais do Estado, só encontra neste a repressão e a força de seu aparelho coercitivo.

O interesse do autor pelas populações segregadas se origina de estudos anteriores sobre os guetos negros norte-americanos e a periferia urbana francesa (“Corpo e Alma”, Rio de Janeiro, Ed. Relume-Dumará, 2002 e “Os condenados da cidade”, Rio de Janeiro, Ed. Revan, 2001). Todavia, é em “As prisões da miséria” que relaciona o direcionamento das políticas públicas do Estado à coerção de tais populações. A atualidade e a extrema pertinência desta obra não dizem respeito somente aos EUA e Europa, regiões nas quais ele se baseou ao escrevê-la, mas também aos países periféricos ou semiperiféricos, como o Brasil, nos quais este contexto mostra-se ainda mais grave devido ao fato de nunca haver se estruturado ali um Estado de bem-estar social abrangente e da herança repressiva de governos ditatoriais.

No prefácio à edição brasileira, o autor fala que esse contexto é especialmente preocupante num país como o Brasil por três motivos:

1. Suas fortes desigualdades sociais criam uma enorme pobreza de massa, sem qualquer rede de proteção social, cujos resultados são uma juventude de bairros populares, mergulhada na realidade do desemprego e subemprego, que vai buscar sua realização pessoal no crime.
2. O agravamento da insegurança criminal com a atuação policial: em 1992, a polícia de São Paulo matou 1.470 civis, enquanto que a de Nova York e a de Los Angeles mataram respectivamente 24 e 25. O mais assustador é que os 1.470 civis mortos pela polícia representam 25% das vítimas de morte violenta daquele ano: um quarto dos homicídios foi cometido pela própria polícia.
3. A reconhecida discriminação de cor e de classe social no seio da polícia e do judiciário.

Assim, no caso brasileiro, desenvolver o Estado penal visando responder às desordens da desregulamentação econômica que precariza as relações de trabalho e pauperiza a população, segundo Wacquant, “equivale a (r)estabelecer uma verdadeira ditadura sobre os pobres” (p. 10). Além disso, a situação das prisões brasileiras é um ponto de extrema importância na argumentação contra a escalada do Estado penal no país. Descritas pelo autor como “campos de concentração para pobres”, as prisões no Brasil só servem para agravar a instabilidade e a pobreza das famílias de presidiários.

Contudo, o papel fundamental desta obra é denunciar a falácia das políticas de repressão à violência, como as de “tolerância zero” norte-americanas e já adotadas em uma boa parte do mundo, explicitando que elas nada têm a ver com as taxas de criminalidade e demonstrando que o inchaço do aparelho penal do Estado não é a única saída viável na atualidade. A solução passa pela adoção das penas alternativas, em lugar do encarceramento, e por um esforço de conectar as políticas penais e sociais do Estado, visando uma ação preventiva em relação à violência e não simplesmente repressiva.